

BOLETIM 797

Brasília, 27 de maio de 2019

Atos por Bolsonaro fracassam e concentram críticas ao Congresso e ao Poder Judiciário

Protestos em defesa do governo e de sua agenda de retrocessos ficam menores do que a mobilização do dia 15 de maio. Na quinta-feira (30), estudantes, professores e trabalhadores estarão de volta às ruas

Os atos a favor do governo Bolsonaro neste domingo (26) ficaram aquém das expectativas dos apoiadores do governo e foram menores do que os atos de 15 de maio, contra o contingenciamento de verbas na educação pública federal.

Segundo balanço do Portal G1 às 17h de ontem, os atos em favor de Bolsonaro somaram 122 cidades de 21 estados, mais o Distrito Federal. No dia 15, com medição também às 17h, os protestos alcançaram 162 cidades dos 26 estados do país, mais o Distrito Federal, sendo que o dia terminou com atos em 222 cidades.

Na quinta-feira (30), os estudantes estarão de volta às ruas do país e a expectativa é que a mobilização cresça em relação ao dia 15, já que o governo não sinalizou qualquer mudança no sentido aliviar os cortes orçamentários.

Uma imagem que simbolizou o fracasso do dia de protestos deste domingo foi registrada na manifestação em Curitiba. Em frente ao prédio



histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), uma faixa que trazia mensagem em defesa da educação foi retirada pelos bolsonaristas.

A denúncia foi feita pelo reitor da UFPR, Ricardo Fonseca. “Neste exato momento manifestantes retiraram, com muitos aplausos, uma faixa no Prédio Histórico da UFPR em que estava escrito: “Em defesa da educação”. Inacreditável”, disse Fonseca pelo Twitter.

O ato violento dos bolsonaristas curitibanos faz parte do ambiente de obscurantismo difundido no país por Jair Bolsonaro e seu ministro da Educação, Abraham Weintraub, em campanha contra a Universidade, com perseguições ideológicas e cortes de verbas.

Os protestos, invariavelmente, concentraram-se nas críticas aos presidentes da Câmara e do Senado, deputado Rodrigo Maia e senador Davi Alcolumbre, como também ao STF na figura do ministro Dias Toffoli, enquanto os elogios eram dirigidos principalmente a Bolsonaro e aos ministros Sergio Moro e Paulo Guedes. Não faltou também imagens de participantes com a bandeira americana.

Fonte: Rede Brasil Atual



Audiência discute direitos de trabalhadores terceirizados

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados discute, na próxima terça-feira (28), o projeto que pretende garantir os direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados (PL 6456/16).

A proposta, de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), determina, por exemplo, que a contratação de serviços terceirizados implica necessariamente a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários.

O projeto também altera a Lei das Licitações para estabelecer a exigência de garantia para as provisões de encargos trabalhistas quanto a férias, décimo terceiro salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa.

O texto recebeu parecer pela rejeição do deputado Laercio Oliveira (SD-SE) e aguarda votação no colegiado.

A audiência foi sugerida pelo deputado José Ricardo (PT-AM) e ouvirá, entre outros, a procuradora do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, Ana Cristina Desirée Ribeiro; o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), Rodrigo Brito; e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), Julimar Roberto de Oliveira Nonato.

O debate será realizado a partir das 15h30, no plenário 5.

Fonte: Agência Câmara

CDH debate política de reajuste do salário mínimo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal promoverá audiência pública na próxima terça-feira (28), a partir das 9h, para debater a política de reajuste do salário mínimo. O requerimento para realizar a audiência é do senador Paulo Paim.

Já estão confirmadas as presenças de Clóvis Scherer, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); Edson Índio, secretário geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; Mônica Damous Duailibe, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); e Sandro Jadir Albuquerque, vice-presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Além deles, a audiência terá representantes da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, de associações de magistrados e de procuradores do trabalho e de outras centrais sindicais.

Fonte: Agência Senado

Frente dos Direitos dos Idosos será lançada sexta (31)

Será lançada na próxima sexta-feira (31) a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Idosos. O objetivo do novo colegiado, proposto pelo deputado Julio Cesar Ribeiro (PRB-DF), é promover políticas públicas relativas à defesa do idoso; acompanhar a tramitação de matérias que tratem do assunto correlato, fiscalizando o efetivo cumprimento das normas aprovadas pelo Congresso Nacional; e estimular a assistência ao idoso, propondo e analisando projetos que garantam a promoção e defesa dos direitos dos idosos.



Receita Federal

Comissão de Finanças debate correção da tabela do imposto de renda

A atualização da tabela do Imposto de Renda será discutida nesta terça-feira (28) em audiência da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

“A última correção da tabela do imposto de renda aconteceu em 2015. A não atualização desta tabela tem levado os brasileiros a pagarem mais imposto a cada ano”, reclama o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), um dos requerentes da audiência.

Foram convidados para discutir o assunto, entre outros, o secretário especial da Receita Federal do Brasil, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque; e o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Kleber Cabral.

O debate, que também foi sugerido pelos deputados Eduardo Cury (PSDB-SP), Enio Verri (PT-PR) e Rui Falcão (PT-SP), será realizado a partir das 14 horas, em plenário a definir.

Fonte: Agência Câmara

Começa hoje a 5ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista

Começa hoje (27) e vai até 31 de maio a 5ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, que este ano tem como slogan “Menos Conflitos. Mais Soluções: com a conciliação o saldo é sempre positivo”.

Promovida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com os tribunais regionais do Trabalho de todo o país, a iniciativa tem como objetivo dar mais celeridade à solução de conflitos trabalhistas.

Durante a semana, a Justiça do Trabalho ampliará o número de audiências entre empregadores e empregados, na tentativa de obter o maior número possível de acordos.

“A solução amigável dos conflitos trabalhistas é a forma mais rápida, vantajosa e moderna para a solução dos litígios”, avaliou, em nota divulgada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o coordenador da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação da Justiça do Trabalho e vice-presidente do TST, ministro Renato de Lacerda Paiva.

Segundo o TST, nas quatro primeiras edições do evento, foram contabilizados mais de 700 mil atendimentos, cerca de 102 mil acordos consolidados e uma movimentação de recursos superior a R\$ 2 bilhões.

Para participar da 5ª Semana, os interessados devem entrar em contato com o Tribunal Regional do Trabalho de origem.

Fonte: Agência Brasil



Empresa deve indenizar trabalhador demitido um mês após ajuizar ação

A 2ª turma do TRT da 11ª região condenou uma empresa ao pagamento de danos morais por ter demitido um trabalhador, sem justa causa, um mês após o ex-empregado ajuizar ação trabalhista. Para o colegiado, a dispensa é discriminatória e grave, pois inibe a busca do cidadão pela Justiça.

O homem ajuizou ação contra a empresa buscando a retificação da função na sua carteira de trabalho, as diferenças de salário decorrentes de desvio de função e reflexos legais. Pouco mais de um mês depois do ajuizamento, o trabalhador foi surpreendido com a rescisão do contrato, sem justa causa. A empresa sustentou que a dispensa ocorreu por redução do quadro funcional, dentro dos limites de seu poder diretivo.

Represália - Relatora, a desembargadora Joice Jeronimo Portela Freire entendeu que o contexto dos autos confirma a narrativa autoral, de que a dispensa ocorreu como represália ao empregado por ter buscado a Justiça do Trabalho, pois a empresa não apresentou qualquer prova para sustentar suas alegações de redução do quadro funcional.

“O ato torna-se mais grave quando avaliado sob um espectro mais amplo, pois passa a inibir a busca do judiciário, por parte dos trabalhadores, para a consecução de seus direitos, por receio de que, assim o fazendo, perderão seus postos e, com isso, a fonte de subsistência sua e de sua família.”

Assim, a 2ª turma determinou o pagamento de R\$ 5 mil por dano moral.

Processo: 0000798-85.2018.5.11.0005

Fonte: Migalhas

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS